

## O ALUNO SURDO NA ESCOLA REGULAR: os desafios da inclusão

Damare Araújo Teles  
Universidade Federal do Piauí  
[damare.teless@gmail.com](mailto:damare.teless@gmail.com)

Francisca Samaritana Saudita de Oliveira Vêras  
Universidade Federal do Piauí  
[eng.agroveras@hotmail.com](mailto:eng.agroveras@hotmail.com)

Leidiane de Carvalho Araújo  
Universidade Federal do Piauí  
[leidy.md86@gmail.com](mailto:leidy.md86@gmail.com)

### Resumo:

Atualmente espera-se que a escola seja inclusiva, entretanto, não adianta inserir os alunos no ambiente escolar junto com outros discentes que não possuem deficiências e não garantir de fato, um ensino de qualidade, que os faça aprender efetivamente. Muitos professores ficam receosos ao receberem em sala de aula alunos com deficiências, isso ocorre porque muitas vezes não se sentem capazes de possibilitar uma aprendizagem significativa. Diante disso surgiu o seguinte questionamento: Quais os desafios da escola na inclusão do aluno surdo? Por isso, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios para se chegar à inclusão. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas na cidade de Parnaíba-PI. E os objetivos específicos foram: destacar a importância da inclusão nas escolas; discutir as dificuldades encontradas nesse processo e compreender como os professores e intérpretes consideram a inclusão. No referencial teórico a pesquisa foi fundamentada em alguns autores como Quadros (1997), Skliar (1998), Gesser (2009), Tardif (2009), entre outros. Optamos pela abordagem qualitativa, com base nos estudos de André e Lüdke (1986), Bogdan e Biklen (1994). Os resultados evidenciam que ainda não houve inclusão, mas apenas uma integração do aluno surdo na escola, pois se realmente ele estivesse incluído, todos aqueles que fazem parte do ambiente educacional deveriam dominar a Libras. Para termos uma escola que seja considerada inclusiva, é necessário que as práticas sejam diferenciadas, o currículo, a metodologia de ensino, a avaliação, dentre outros aspectos, que realmente implementam a inclusão.

**Palavras-chave:** Inclusão, Aluno Surdo, Escola Regular, Libras.

### Introdução

No contexto atual, são levantados diversos debates referentes à educação, e quando voltamos nosso olhar para a educação especial percebemos que ainda há muito a fazer, pois é preciso possibilitar que todos os alunos sem qualquer tipo de distinção tenham acesso à escola. Mas o que é a educação especial? De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, em seu artigo 58, estabelece que é “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação”. Nesse sentido, ao nos referirmos especificamente aos alunos com deficiências, destacamos os alunos surdos.

Há muito tempo, as pessoas que nasciam com surdez passaram por sérios problemas de discriminação, mas infelizmente isso ainda ocorre. Entretanto, defendemos que os surdos não podem mais ser vistos como pessoas incapazes, que não conseguem se desenvolver e ser competentes, pelo contrário, eles são capazes, assim como os ouvintes. É evidente que muitas coisas mudaram, mas ainda existem déficits que precisam ser superados.

Atualmente espera-se que a escola seja inclusiva, ou seja, que todos estejam no mesmo espaço, entretanto, de nada adianta inserir os alunos no ambiente escolar junto com outros discentes que não possuem deficiências e não garantir de fato um ensino de qualidade, que os faça aprender efetivamente. Por isso, muitos professores ficam receosos ao receberem em sala de aula alunos com deficiências, isso ocorre porque muitas vezes não se sentem capazes de possibilitar uma aprendizagem significativa. Por exemplo, no caso dos alunos surdos, muitos professores não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e com isso não conseguem se comunicar com eles. E é nesse momento, que esses alunos precisam de um outro professor, um intérprete que auxilie nesse processo de aprendizagem.

Assim, defendemos que o problema não está no aluno, mas na formação dos docentes, na falta de preparo. Muitos reclamam das dificuldades, no que se refere a trabalhar com discentes com alguma deficiência, já que cursaram apenas uma disciplina acadêmica que aborda as questões referentes aos diversos tipos de deficiências, mas que não possibilita uma real vivência com a prática. Nesse sentido, analisando o artigo 59 da LDBEN nº 9.394/96, ao estabelecer em seu inciso III que os sistemas de ensino assegurarão “professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, percebemos que há a ampla defesa de que os professores do ensino regular estejam capacitados para ensinarem os alunos, oferecendo a estes, técnicas entre outros recursos que lhes favoreça à educação. Contudo, ainda há muito a se fazer, para de fato garantir que esses docentes estejam capacitados. Diante disso surgiu o seguinte questionamento: Quais os desafios da escola na inclusão do aluno surdo?

Desse modo, o presente artigo teve como objetivo geral analisar a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios para se chegar à inclusão. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas na cidade de Parnaíba-PI. E os objetivos específicos foram: destacar a importância da inclusão nas escolas; discutir as dificuldades encontradas nesse processo e compreender como os professores e intérpretes consideram a inclusão.

No referencial teórico a pesquisa foi fundamentada em alguns autores como Quadros (1997), Skliar (1998), Gesser (2009), Tardif (2009), entre outros. Optamos pela abordagem qualitativa, com base nos estudos de André e Lüdke (1986), Bogdan e Biklen (1994).

## **A INCLUSÃO COMO UM DESAFIO: o aluno surdo nesse contexto**

Ao debatermos sobre a questão do aluno surdo na escola regular, compreendemos que ainda é preciso haver muitas mudanças, pois essa inclusão apresenta muitos desafios que precisam ser superados. É importante destacar que um grande avanço veio por meio da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida no Brasil, como a língua oficial dos surdos. Como dispõe em seu artigo 1º:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O reconhecimento da Libras representou um grande progresso, contudo, foi apenas em 2005, que de fato esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, que em seu artigo 2º traz que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

A Língua Brasileira de Sinais foi oficializada como a língua que os surdos utilizam para se comunicarem, desse modo, ela passa a ser vista como a L1 dos surdos e a Língua Portuguesa como L2, ou seja, enfoca-se que no ensino para os indivíduos surdos a primazia da Libras e logo depois é que vem o Português. A Libras é, portanto, uma língua, que assim como outras, apresenta seus próprios aspectos gramaticais, como enfatiza Gesser (2009, p.27) “linguisticamente, pode-se afirmar que a língua de sinais é língua porque apresenta características presentes em outras línguas naturais e, essencialmente, por que é humana”. Então, não podemos acreditar erroneamente como muitos, que ainda não a consideram uma língua, mas simplesmente gestos e mímicas. É preciso mudarmos esse pensamento.

Ainda por meio do Decreto nº 5.626/05, em seu artigo 3º, foi estabelecido que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Contudo, ainda que os cursos de formação inicial tenham a Libras como disciplina obrigatória, o que podemos constatar em diversas escolas, é que apenas esse contato durante o curso não possibilita que os docentes que lá atuam tenham todos os conhecimentos necessários para se tornarem fluentes e poderem se comunicar livremente com os alunos surdos. Aprender Libras não ocorre de forma mágica, é preciso muito esforço e comprometimento. Muitos professores acabam se interessando pela língua, têm até o desejo de aprendê-la, mas como exige tempo para tal, acabam se desinteressando nessa aprendizagem. E por confiarem na figura do intérprete, como aquele que deverá estar na sala de aula para auxiliá-lo, isso acaba por deixar muitos docentes despreocupados com essa aprendizagem. Evidentemente, existem muitos professores que ao se verem na sala de aula com um aluno surdo, buscam todas as formas para aprender a Libras, pois com seu comprometimento ético, se sentem na obrigação de saber se comunicar com aquele aluno e possibilitar um processo de ensino e aprendizagem de forma efetiva.

Nesse sentido, possibilitar aos alunos surdos aprendizagens significativas, nos leva à discussão sobre a inclusão destes discentes. Mas a inclusão de fato ocorre? O Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024, estabelece em sua meta 4 que:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Nesta meta, quando se enfatiza que tem como objetivo promover a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, “com a garantia de sistema inclusivo”, destacamos que possibilitar que os alunos estejam na rede regular de ensino, não garante que de fato, a inclusão ocorra. Quando o aluno surdo chega na sala de aula regular, o professor e os alunos não utilizam a Libras para se comunicarem com ele, e assim não participa ativamente do processo de ensino e aprendizagem, já que não consegue compreender o que estão falando. Isso seria inclusão? O que podemos perceber é que ainda não houve inclusão, mas apenas uma integração do aluno surdo na escola, pois se realmente

ele estivesse incluído, todos aqueles que fazem parte do ambiente educacional deveriam dominar a Libras. Para termos uma escola que seja considerada inclusiva, é necessário que as práticas sejam diferenciadas, o currículo, a metodologia de ensino, a avaliação, dentre outros aspectos, que realmente implementam a inclusão. Assim, a educação inclusiva busca a superação da exclusão social.

Ao lado do professor, encontra-se o intérprete, que atua na sala de aula como fosse um elo entre o professor e o aluno surdo. No entanto, muitas vezes o papel do intérprete é confundido com o do professor regente da sala de aula, pois alguns docentes querem transferir toda a responsabilidade do processo de ensino e aprendizagem para este profissional. Contudo, o que deve ocorrer é uma ajuda mútua entre os profissionais para que o aluno com surdez aprenda da melhor forma possível. Será que a solução para a inclusão está apenas em colocar um intérprete em sala de aula? Assim o aluno já está incluído? Podemos afirmar com veemência, não! Incluir é disponibilizar todos os meios para que o aluno se desenvolva e aprimore competências. Muitas vezes o professor acredita que trazer uma atividade específica para o aluno já está promovendo a inclusão, mas é preciso que abramos os olhos e vejamos que a inclusão ainda não aconteceu.

Desta maneira, observamos que há uma precária qualidade no processo de inclusão desses alunos, pois se o lema é incluir, então que condições adequadas sejam oferecidas. É preciso que os professores estejam de fato capacitados e qualificados para o atendimento dos alunos com alguma deficiência, pois muito se cobra do professor em sala de aula, entretanto, pouco se faz por este profissional. E não somente os professores devem estar capacitados, é preciso que todos estejam.

Segundo Skliar (1998), a educação dos surdos ainda vem sendo marcada, ao longo da história, pelo fracasso escolar, justamente pelo fato de muitos docentes por falta de conhecimento, insistirem em tentar alfabetizar o aluno surdo utilizando o Português. Por isso, é necessário que compreendamos que a língua materna do surdo é a Libras, e inclusive como já citado, esta língua já foi reconhecida como a língua oficial dos surdos. Então, devido a essas concepções erradas, e pelo fato de a inclusão não ocorrer, diversos surdos lutam e anseiam por uma escola bilíngue, ou seja, onde todos aqueles que a compõem utilizam a Libras. O bilinguismo, é, portanto, uma proposta que torna acessíveis duas línguas no contexto escolar, a língua materna que é a língua de sinais e seria considerada com a L1, e a língua oficial do país, como L2, a Língua Portuguesa. Nesse aspecto, Quadros (1997), defende que:

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS,1997, p.27).

Infelizmente o ideário da escola bilíngue tão almejado pela comunidade surda ainda não se concretizou, é claro que existem algumas experiências de escolas que trabalham nessa perspectiva, mas se formos analisar as diversas escolas públicas e privadas brasileiras ainda não chegamos a esse ideal.

## **Metodologia**

Diante da necessidade de analisarmos a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios para se chegar à inclusão, pesquisamos duas escolas públicas na cidade de Parnaíba-PI. Optamos pela pesquisa qualitativa que pode ser caracterizada como uma tentativa de compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos sujeitos. Nesse sentido, é importante destacarmos que optamos pela pesquisa qualitativa do tipo descritiva, pois utiliza as informações da própria realidade, dando grande relevância aos significados, valores e crenças, que os sujeitos atribuem ao tema que está sendo investigado. (MINAYO, 2012).

Para a coleta de dados da pesquisa, utilizamos como instrumento: a entrevista semiestruturada, a observação e o questionário. Escolhemos a entrevista semiestruturada, pois possibilita um diálogo com o entrevistado, fazendo que a coleta de dados seja mais significativa, pois o entrevistado pode espontaneamente expor seus conhecimentos e opiniões sobre o tema que é o objeto de investigação do pesquisador. (ANDRÉ; LÜDKE ,1986).

Em relação ao questionário, Oliveira (2010, p. 83), explica que é “[...] uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador deseja registrar para atender aos objetivos de seu estudo”.

Também usamos na coleta de dados a observação, que conforme André e Lüdke (1986), é o principal instrumento da investigação, pois o observador pode recorrer aos

conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado.

## **Resultados e Discussão**

Com o intuito de coletarmos os dados, referentes à inserção de alunos surdos, destacando os desafios para se chegar à inclusão; optamos por realizar a pesquisa em duas escolas que nomeamos, respectivamente, como escola A e escola B. Na escola A, fizemos observação das aulas da professora regente, bem como da atuação da intérprete. O mesmo ocorreu na escola B. Essas profissionais atuam no 3º ano do ensino fundamental. No que se refere às suas formações, utilizamos questionários e entrevistas para que pudéssemos conhecê-las.

A professora regente da escola A, é formada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí e atua em sala de aula há 18 anos, não possui especialização nem curso básico em Libras, como ela enfatiza:

Já sou professora há muito tempo, dezoito anos. Não é fácil lecionar, porque nós como professores sempre temos que procurar constantemente fazer o melhor para nossos alunos. São muitos alunos na sala de aula e quando tem um aluno deficiente fica complicado, porque tenho que dá muita atenção para os que já têm problema de aprendizagem, que ainda não aprenderam a ler e que não são comportados na aula. Hoje tenho uma aluna surda na classe e eu não sei falar em Libras, também acho que não consigo aprender mais, acho difícil, mas gosto muito quando a intérprete fala com ela. Eu passo a atividade e ela traduz para a criança. (Professora da Escola A).

De acordo com a fala da Professora da Escola A, evidenciamos que a docente não tem nenhum conhecimento referente à Língua Brasileira de Sinais, fato que dificulta amplamente sua comunicação com a aluna surda. Torna-se explícito que ela apenas elabora uma atividade referente ao conteúdo e pede que a intérprete explique para a aluna, desse modo, a comunicação entre professor e aluno não ocorre de forma efetiva, e a professora não sabe como proceder diante dessa situação. É marcante, quando ela afirma que tem vontade de aprender, mas acredita que não conseguirá. Constatamos, assim, que muitos docentes deixam toda a responsabilidade do processo de ensino e aprendizagem a cargo do intérprete, e isso não pode ocorrer, pois ainda que não saibam a Libras, os professores regentes precisam tomar medidas que os levem a poder de fato, assim como eles ensinam os outros alunos, a oferecer

também ao aluno com surdez um ensino igualitário. É preciso rever a formação desses professores. É necessário conscientizá-los de sua missão enquanto educadores.

A Intérprete da Escola A, é formada em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí, tem especialização em Educação Especial, e leciona há 5 anos:

Eu amo a Língua Brasileira de Sinais. Comecei a ter contato com essa língua porque tem uma prima da minha mãe que é surda e quando ela vinha para minha casa, ficava falando comigo e eu não entendia nada, mas achava maravilhoso quando ela e o filho dela ficavam conversando. Então eu perguntava para o filho dela o que significavam aqueles “gestos” e ela começou a me explicar. Isso aconteceu em 2007, e de lá para cá eu comecei a procurar estudar essa língua. Em 2009 decidi que iria fazer o curso de Pedagogia. E logo em seguida, depois que estava perto de terminar, comecei a fazer especialização em Educação Especial, foi muito bom. Trabalho há cinco anos e atualmente estou nessa escola, onde sou intérprete. A minha aluna é muito inteligente aprende os sinais com facilidade, mas quando eu comecei a trabalhar com ela, ela não conhecia nenhum sinal, só gestos caseiros. Na casa dela ninguém sabe Libras, então os pais dela se comunicam, assim como toda a família, através de gestos que eles inventaram. Mas hoje, ela já evoluiu bastante, ela já aprendeu muitos sinais, e está se comunicando muito bem através da Libras. Para mim é uma felicidade vê que eu tenho contribuído para que ela aprenda a língua dela, é uma emoção sem fim. Os coleguinhas da sala gostam de ficar olhando e pedem para eu ensinar para eles, porque eles querem conversar com ela. Quando tem alguma atividade, eu vou explicar usando os sinais para que ela compreenda os assuntos que a professora passa na aula para os demais alunos. (Intérprete da Escola A).

Na fala da Intérprete da Escola A, é possível destacar que a aluna surda não tinha nenhum conhecimento de Libras, e que foi na escola, em contato com a intérprete, que essa discente começou a conhecer uma língua que pertence a ela. Isso nos leva a refletir sobre os diversos casos de indivíduos surdos que ainda não dominam sua própria língua, e se comunicam por meio de gestos que sua família cria para que consigam se comunicar. Essa é uma triste realidade. Mas no caso dessa aluna surda, agora ela passa a aprender sua língua. Como a intérprete relata, essa discente tem muita facilidade para a prender novos sinais, e isso ocorre porque essa língua pertence a ela, ainda que antes não a conhecesse. Por isso, é gratificante para a intérprete poder possibilitar esse acesso à Libras.

Em relação à formação, a Professora da Escola B possui graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Piauí e leciona há 9 anos, tem especialização em Docência do Ensino Superior e curso básico em Libras:

Leciono há nove anos e pela primeira vez tenho um aluno surdo. No início foi um susto, porque fiquei muito preocupada como eu iria ensinar para essa criança. Durante o meu curso eu estudei Libras, fiz curso básico, mas não domino, só sei alguns sinais. Quando estou explicando os conteúdos sempre peço para a intérprete

explicar para meu aluno surdo, mas eu sempre me comunico com ele e deixo um tempo reservado para que todos os alunos aprendam alguns sinais. Tenho um grande desejo em usar fluentemente a Libras, mas preciso me dedicar mais, colocar em prática, o problema é que devido à correria do dia com as aulas que dou em duas escolas terminam ocupando grande parte do meu tempo. (Professora da Escola B).

É possível constatar diante da fala da Professora da Escola B, que apesar de não dominar a Libras, a docente gostaria de poder se comunicar fluentemente com seu aluno que é surdo. Vemos também que a disciplina de Libras que teve durante a graduação não foi suficiente para que ela dominasse os sinais. Ela fez curso básico de Libras, pois se interessou em aprender a língua, contudo devido ao tempo corrido, não conseguiu se dedicar para aprender mais. E essa é uma dura realidade que ocorre, não só com essa professora, mas com diversos docentes. Então o que deveria ser feito? Defendemos que se a Libras fosse obrigatória desde a educação infantil, todos nós seríamos, certamente, fluentes na língua e conseqüentemente, nos comunicaríamos sem a menor dificuldade com as pessoas surdas, já que no ensino fundamental, médio e superior, o ensino de Libras seria constante. Então, se na nossa profissão, como afirma Tardif (2009, p. 31), “[...] ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre seres humanos, para seres humanos”, é preciso nos comprometermos em ensinar de forma significativa e efetiva. Por isso, deveremos nos dedicar para possibilitar uma educação de qualidade, ao nos assumirmos como professores e professoras.

No que se refere à Intérprete da Escola B, ela possui graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Piauí, leciona há 4 anos e possui especialização em Libras.:

Me formei há pouco tempo, mas o meu amor pela Libras já faz tempo. Quando comecei a fazer o curso de Pedagogia tive uma disciplina de Libras e lá aprendi o básico, depois dessa disciplina me interessei para fazer cursos, então fiz do básico até o avançado. Mas não basta apenas fazer o curso, por isso procurei ter contato com amigos surdos, assim consegui aprender mais, já que eles já sabiam Libras e iam me ensinando e ainda hoje me ajudam bastante. Depois, decidi que queria fazer especialização e fiz uma em Libras. Lá os conhecimentos são mais teóricos do que práticos, mas eu já tinha muita prática de Libras, então aliei os dois. Já atuo há quatro anos e a prática que tive foi muito importante, pois hoje consigo ajudar bastante meu aluno surdo e ainda ensino para os outros alunos e para a professora da turma. (Intérprete da Escola B).

A Intérprete da Escola B, nos mostra que a prática é fundamental, pois ainda que o professor faça uma especialização em Libras, não é uma garantia que ele terá toda a prática necessária para que se torne fluente. Muitas vezes, nas especializações se foca muito na parte

teórica, e a prática deixa a desejar. Por isso, a intérprete buscou outros meios para que conseguissem essa fluência.

No que se refere à inclusão do aluno surdo na escola regular, a Professora da Escola A afirmou que:

Eu acredito sim, que ocorre a inclusão dos alunos surdos, porque se eles estão na sala de aula com os outros alunos, então é porque eles estão sendo incluídos. Porque antigamente isso não acontecia, as pessoas tinham medo de ficar perto de pessoas surdas, porque achavam que eles eram doidos. Mas hoje já mudou muito. (Professora da Escola A).

Diante do argumento da docente, percebemos explicitamente que para a referida professora, o conceito de inclusão se resume apenas ao aluno estar dentro da sala de aula. Ela parte da falsa concepção de que se o discente está junto com os outros alunos, então ele está incluído. Contudo, defendemos o ponto de vista de que isso não é inclusão, é preciso oferecer condições adequadas para de fato isso ocorrer nas escolas.

A Professora da escola B, também expôs sua opinião:

Quando eu estava na Universidade, nas aulas de educação especial e até mesmo em debates que tínhamos entre colegas, pude perceber e entender que a inclusão do aluno surdo ou outro aluno com qualquer tipo de deficiência, não ocorre, porque por exemplo, citando meu exemplo, se realmente houvesse inclusão, os alunos da minha turma deveriam saber falar em língua de sinais, assim como eu, como professora regente, deveria ser fluente, e todos os outros funcionários da escola, deveríamos saber nos comunicar de forma fluente com aquele aluno surdo. Mas na realidade isso não acontece e essa situação me deixa mal. (Professora da Escola B).

Já na fala da Professora da Escola B, destacamos que ela compreende que a inclusão ainda não ocorreu, pois o que há nas escolas é uma integração do aluno surdo, porque se ele estivesse realmente incluído na escola todos deveriam saber falar a Língua Brasileira de Sinais, ou seja, o ambiente escolar deveria estar voltado para esse aluno, e não simplesmente oferece-lhe uma situação que somente integra, mas não inclui. É preciso, pois, garantir que todos os alunos sejam vistos pelo professor de forma igualitária, de modo que a todos sejam propiciadas as mesmas oportunidades de aprendizagem, por isso, Tardif (2009, p.71) afirma que “cada aluno, em princípio, tem tanta importância quanto todos os outros; consequentemente, o professor precisa ocupar-se igualmente com cada um deles, mas cada aluno é diferente e tem necessidades e expectativas particulares”.

Partindo do princípio de que todos somos iguais, assim como, os alunos com deficiências são iguais aos outros, é preciso que o professor considere que esse discentes têm

as mesmas capacidades para aprender, contudo, é preciso que se tenha um preparo, uma capacitação. Como a Professora da Escola B destacou, ela se sente muito mal em não saber se comunicar fluentemente com o aluno surdo. Isso mostra que a docente sente o desejo em possibilitar que, assim como os outros alunos, aquele discente possa ter livre acesso a compreender o que ela está ensinando, mas para isso, ela precisaria dominar a língua de sinais, e é nesse dilema, que muitos professores se encontram na atualidade.

Por fim, no que se refere às observações, constatamos que a docente da escola A, ao ministrar os conteúdos dá pouca importância à aluna surda, já que por não saber se comunicar com ela, acaba transferindo toda a responsabilidade do ensino para a intérprete, que por sua vez, ensina os assuntos sempre fazendo os sinais das palavras que quer ensinar e mostrando a respectiva imagem da mesma. Em relação à docente da escola B, constatamos que a professora procura interagir com o aluno surdo, usando os sinais que conhece, mas devido ao fato de não conhecer todos e por ter que dar aula para as demais crianças, deixa que a intérprete ensine os assuntos para o aluno surdo. A intérprete sempre faz o sinal da palavra e mostra a figura correspondente e também faz a datilografia.

### **Considerações Finais**

Este artigo teve como objetivo analisar a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios para se chegar à inclusão. Por isso, realizamos a pesquisa em duas escolas públicas na cidade de Parnaíba-PI. Nosso intuito era destacar a importância da inclusão nas escolas; discutir as dificuldades encontradas nesse processo e compreender como os professores e intérpretes consideram a inclusão. E o que pudemos concluir mediante os dados coletados e a respectiva análise dos mesmos, foi que a inclusão nas duas escolas analisadas ainda não aconteceu. É preciso mudarmos essa situação. Mas o que também observamos, é que embora, a inclusão não tenha ocorrido, as escolas têm ido em busca de implementá-la. Observamos também que por diversas vezes, pelo fato de os docentes não dominarem a Libras, acabam por transferir toda a responsabilidade do ensino para os intérpretes, e isso não pode ocorrer, o trabalho tem que ser realizado em conjunto. É preciso, pois, investir na formação e capacitação desses profissionais.

Portanto, como já defendemos, não adianta inserir os alunos no ambiente escolar junto com outros discentes que não possuem deficiências e não garantir de fato, um ensino de

qualidade, que os faça aprender efetivamente. Ainda não houve inclusão, mas apenas uma integração do aluno surdo na escola. Por isso, para termos uma escola que seja considerada inclusiva, é necessário que as práticas sejam diferenciadas, o currículo, a metodologia de ensino, a avaliação, dentre outros aspectos, que realmente implementam a inclusão.

## Referências

ANDRÉ, M. E. D. A.; LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coimbra, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências, 2014.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MINAYO, M. Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 31 ed. São Paulo: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SKLIAR, C. “Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade” In: \_\_\_\_\_. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

TARDIF, Maurice. **O ofício de professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.